

Entrevista / José Eduardo Martins, há 29 anos ao serviço do Ambiente

“SÃO AS
DEMOCRACIAS
QUE PÕEM
AS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS NA
AGENDA DO DIA”

JOSÉ EDUARDO MARTINS – HÁ 29 ANOS AO SERVIÇO DO AMBIENTE

“SÃO AS DEMOCRACIAS QUE PÕEM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA AGENDA DO DIA”



JOSÉ EDUARDO MARTINS, COMO ADVOGADO DE AMBIENTE TEM ACOMPANHADO DE PERTO, E NA PRIMEIRA FILA, A EVOLUÇÃO DO PAÍS, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, NAS ÁREAS DA ÁGUA, ENERGIA E RESÍDUOS. NUMA ALTURA EM QUE SE VIVEM GRANDES MUDANÇAS NO MUNDO E NO SETOR, E SE AVIZINHAM ENORMES DESAFIOS, O SÓCIO DA ABREU ADVOGADOS DEIXA VÁRIAS PROPOSTAS, MAS TAMBÉM ALGUNS ALERTAS.

Está na Abreu Advogados desde 2005 e tem dedicado a sua vida à defesa dos interesses de clientes que, muitas vezes, operam no setor do ambiente. Aceita qualquer causa? Tem critérios? Ou um cliente é sempre um cliente que tem de ser servido?

É uma excelente pergunta para fazer a um advogado de ambiente. Uma vez fui a um encontro de advogados de ambiente, nos Estados Unidos, e a minha apresentação era sobre o tema da energia e começava com umas torres eólicas. Isto foi há mais de 10, 15 anos e toda a gente olhou para mim como se eu fosse maluco. E percebi ali uma certa dicotomia, que a maior parte das pessoas acha que um advogado que se dedica ao ambiente é um advogado que se dedica a facilitar malandricas no ambiente, a criar condições para ser possível ir à volta da lei ou interpretá-la de uma forma criativa. Não é o caso. Eu tenho imensos conflitos com a administração, sobre processos de licenciamento, de avaliação de impacto ambiental, mas nunca tive verdadeiramente um cliente que tivesse vindo pedir defesa

para um crime ambiental. Já recusei algumas causas, e isso fica no sigilo profissional, mas tiveram mais a ver até com a probidade dos interlocutores do que dos projetos.

Basicamente, o que é que faz um advogado de ambiente? Acompanha o licenciamento de atividades, quer no setor do ambiente de resíduos, de água, quer de unidades industriais. Temos um acervo comunitário muito vasto, uma licença ambiental não pode deixar de acompanhar as melhores práticas, não se pode deixar de exigir um conjunto de pré-existências para a instalação da atividade, que são todas devidas. Agora, há várias linhas de diferença nesse caminho e a administração não está sempre certa e é por isso que existem também advogados do ambiente.

Quais os temas que mais o entusiasma na área do ambiente?

Há um lado que eu gosto muito, que é o lado prático, quotidiano, da infraestruturação da água e dos resíduos.

Temos ainda várias coisas por fazer e – digo isto sem qualquer tipo de farisaísmo – depois de um período de grande dinamismo com o ministro do Ambiente José Sócrates, que resolveu vários problemas no setor dos resíduos, neste momento, estamos a andar para trás na filosofia e no princípio, que é aceitar que um país de 80.000 km² pode ter 308 decisores que pensam todos da mesma maneira: que o lixo é um problema do município ao lado. Quando atomizamos a decisão, como temos feito ultimamente – e então com a mudança do modelo das CCDR [Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional], para uma eleição direta pelos autarcas, as CCDR deixaram de ser, praticamente, organismos desconcentrados da administração central para serem um eco das queixas dos autarcas – vai ser muito difícil voltar a ter uma leva de infraestruturas suficiente para o país resolver alguns dos seus problemas. Essa área interessa-me imenso. A outra área que me interessa imenso, e na qual temos feito em Portugal progressos notáveis, é o licenciamento ambiental, no-

meadamente das grandes empresas, que, holisticamente, tocam em quase todas as componentes ambientais. E há uma terceira que é a descarbonização, que tem essencialmente a ver com a mudança energética. Essa, para mim, é uma paixão. Nós, aqui no escritório, desde os primeiros projetos de parques eólicos até hoje, representamos clientes no setor hídrico, fotovoltaico, e agora no eólico offshore. Sobretudo estes projetos completamente inovadores, fazer coisas que ainda cá não se fizeram como é o eólico offshore. É nessas três áreas, fundamentalmente, que estão as minhas paixões.

Acompanha desde há muito o desenvolvimento do setor do ambiente, foi secretário de Estado de um governo de Durão Barroso entre 2002 e 2004. Quais são os problemas que subsistem e o que está na base da sua permanência?

Acho que o nosso principal problema de infraestruturação, neste momento, começa a ser outra vez o dos resíduos. A inação em particular da secretária de Estado que antecedeu o atual, digo isto com todas as letras, foi uma espécie de: parece que o mundo parou outra vez para pensar. E enquanto paramos para pensar, o que é que aconteceu? Voltou a instalar-se o fenómeno *nimby* [*not in my back yard*]. Toda a gente acha que os resíduos devem ser tratados, mas toda a gente acha que os resíduos devem ser tratados noutra sítio. Desafio-vos a encontrar hoje um município que receba de braços abertos uma nova infraestrutura para o tratamento de resíduos. Pelo contrário. Os municípios, ignorando que têm um primeiro instrumento que é autorizar ou não autorizar a instalação no seu território de um determinado equipamento, a partir do momento em que o equipamento está instalado, exorbitam muitas vezes de funções, acham que devem fiscalizar o atorro, exercer competências das autoridades de ambiente, por aí fora. Criou-se uma espécie de municipalização da decisão que é uma coisa fatal para a política de resíduos. Temos a maior parte das nossas infraestruturas – e isto é avaliado pela APA [Agência Portuguesa do Ambiente] – a serem esgotadas sem serem substituídas.

O que é que pode fazer o Estado central?

O Estado central pode e deve assumir a competência do licenciamento e da infraestruturação do país em termos de resíduos.

E porque é que isso não acontece?

Isso não acontece, porque a relação do Estado com os municípios tem sido de sorte a fazer crescer o poder dos municípios em temas que deviam ser do Estado. Na água, continuamos a ter um problema. Tivemos uma experiência de concessões de água em baixa que, em geral, não criaram um movimento, não houve uma espécie de modelo para o setor. Portanto, há uns anos, o modelo que não se concretiza, ou se concretiza muito devagar, é outra vez o da verticalização da Águas de Portugal. E temos o setor relativamente parado de investimento há bastante tempo. As concessões que foram feitas, os prazos estão a acabar, e, portanto, está na altura de decidir qual é o modelo de água que queremos.

Mas esse não é o nosso principal problema com a água. Temos um interior absolutamente deserto e queremos voltar, e devemos querer voltar, a fazer agricultura. Temos zonas onde corre água de uma forma louca durante uns dias por ano, mas da mesma forma, que [está] vem, vai. Não temos nenhuma capacidade de armazenamento de água em charcas, para agricultura. Temos tido uma es-

pécie de pré-juízo contra o armazenamento da água – e não estou a falar só de barragens, que é uma coisa que deixa logo os ambientalistas de cabelos em pé – mas, se não formos capazes de guardar alguma da nossa água para usar ao longo do ano, vamos ter condições cada vez piores de picos climáticos não aproveitados. Estou por exemplo, neste momento, numa equipa multidisciplinar, a fazer um *masterplan* para uma herdade que tem 7500 hectares, perto da fronteira. Chove lá torrencialmente várias vezes, mas como metade das charcas não estão em uso ou estão furadas, não só aquela água não aproveita à agricultura, como vai ter diretamente ao [rio] Ebro. Nem sequer fica em Portugal. Nestas circunstâncias de picos de chuva e de picos de seca, temos de ter uma estratégia para armazenar água diferente da que temos tido. Esse é um problema ambiental de primeira natureza. Um que nós não temos, a não ser por via do preço, é o tema da descarbonização.

Falamos agora de energia...

Não temos um problema: a nossa economia não é tão intensiva que não possa ser descarbonizada. Mas o composto orgânico volátil que sai da fábrica faz mal a mim, aqui; o dióxido de carbono ou o metano que sai da exploração agrícola tanto faz sair daqui, como de Xangai. Estamos aqui num dilema tremendo. Eu não vou dizer, com o descaramento que os Coldplay disseram, que estiveram quase a falir, porque o sustentável é caro. O exemplo que deram foi pedagogicamente o pior. Mas há alguma verdade nisto que está a ser escondida às pessoas. A descarbonização tem custos e nós ou os assumimos ou não os assumimos. Em relação a isso devo dizer que estou um bocadinho pessimista. Não é que Portugal não deva fazer o melhor que pode, mas o problema das alterações climáticas existe em Portugal independentemente do comportamento dos portugueses. Porque é que nós avançamos alguma coisa de jeito na política das alterações climáticas? O conhecimento científico existe todo desde os anos 90 sobre o que está a acontecer neste momento. Portanto, as decisões de Paris podiam ter sido tomadas na Conferência do Rio se nós tivéssemos um modelo de governança que tivesse verdadeiramente responsabilidade global e a exerce-se. O que é que faltou? Faltou capacidade política. De onde é que veio essa capacidade política? Ela vem sempre do mesmo sítio: vem da força das pessoas na democracia. A Greta Thunberg pode estar errada em imensas coisas, mas mobilizou a geração dela para fazer pressão sobre os políticos por uma causa boa. De vez em quando leio que o ocidente está isolado. Deus nos livre, porque é no ocidente que nós somos livres de dizer o que pensamos, de votar, de fazer pressão sobre os políticos, de exigir alguma coisa da democracia. Não há manifestações pelas alterações climáticas na China, que tem 27% das emissões mundiais, nem na Rússia, nem na Indonésia, onde a desflorestação é o que é. Onde, nós, neste Inverno, perante esta guerra, temos em primeiro lugar que ganhar a possibilidade de continuar a ter as alterações climáticas na agenda do dia, e são as democracias que põem as alterações climáticas na agenda do dia.

Portugal teve nos últimos anos um desenvolvimento muito relevante e rápido no setor dos resíduos e da água, de tal forma que se pensou que era possível criar um cluster no setor do ambiente, com vocação exportadora. Mas isso nunca aconteceu. Porquê?

Um setor que podia ser verdadeiramente exportador precisava de uma política de cooperação diferente.

• **Temos a maior parte das nossas infraestruturas de resíduos a serem esgotadas sem serem substituídas.**

• **Nestas circunstâncias de picos de chuva e de picos de seca, temos de ter uma estratégia para armazenar água diferente da que temos tido.**

• **A descarbonização tem custos e nós ou os assumimos ou não os assumimos.**

Nós, em bom rigor, temos feito muito *capacity building* e muito pouca diplomacia económica nos países que falamos português. Portanto, ficou aí um mercado por explorar. Fazemos coisas muito bem feitas, mas não as internacionalizamos. Acho que boa parte do nosso problema é o problema clássico da indústria portuguesa: a falta de capital para projetos muito grandes.

A omnipresença do Estado é um fator?

O Estado hoje, tirando o setor da água, está cada vez menos presente no setor do ambiente. A presença no setor da água é poderosa e impeditiva da entrada dos outros, mas fora desse setor, não diria que haja um peso excessivo do Estado. Há um peso excessivo de regulamentação para os operadores que cá estão, há sobreposição de competências, há repetição de legislação, há legislação contraditória, confusa. Mas isso são tudo questões regulamentares, não é essencialmente o Estado a exercer. Acho que o problema do Estado, nos tempos mais recentes, tem sido falta de pedagogia com os municípios. Nós não podemos num país de 80 mil km² resolver problemas ambientais à escala municipal. Há com certeza espaço para a intervenção dos municípios na proximidade, mas para a definição das infraestruturas, não. É município a município que se decide onde se fazem os hospitais, as universidades públicas, por onde passam as estradas, onde é que são as infraestruturas de resíduos? A autossuficiência que nós conseguimos está hoje em risco. E está em risco, não porque o Estado intervenha a ocupar o mercado dos privados, mas porque o Estado não cria condições para que o mercado que precisa que exista, funcione.

Temos um património natural e paisagístico invulgar e talvez dos nossos maiores ativos. No entanto, a política não tem sido suficientemente consistente, de forma a valorizá-lo. Qual é o problema que está aqui?

Aí, o problema é quererem que o Estado faça tudo. É moda dizer mal do ICNF [Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas]. É uma má moda. Por muito que às vezes enervem os advogados do ambiente, quando queremos desenvolver projetos, eu vejo-os como a primeira linha de defesa da nossa biodiversidade e não vejo o país sem a nossa biodiversidade defendida. Mas depois não se pode pedir milagres. Felizmente, estamos a assistir ao renascimento de alguma agricultura. O que é que limita – e bem – o espaço da agricultura? A disponibilidade de água. Significa isso o que a maior parte dos espaços agrícolas são, e sempre serão, mesmo nos sítios onde se faz agricultura, sítios de primeira linha para a defesa da

biodiversidade. Agora, quando se deixa toda a biodiversidade nas mãos de candidaturas de institutos públicos para executar coisas no terreno, quando a maior parte dos terrenos são privados, acaba-se por não ter uma nem as duas coisas...

A preservação da paisagem e do património depende da existência de privados?

Claro que sim. Eu, se estivesse no lugar deste governo, dizia assim: vou ter 60 milhões de euros para a biodiversidade, não vou fazer depender isto tudo de candidaturas do ICNF. Se tem uma herdade de 5000 hectares, esta herdade, na melhor das hipóteses, faz 600 a 700 de agricultura. Quatro quintos da propriedade ficam como estavam antes, porque só se pode plantar em função da água que tem. Novamente, repito: e bem. O que é que está mal? O que está mal é que não se possa fazer uma parceria, um contrato programa, em que o ICNF diz o que se vai fazer com o pinho, com o zimbros, com este animal, com aquele outro... E a candidatura aos fundos comunitários para fazer, no seu território, a limpeza e a proteção da biodiversidade é uma candidatura conjunta. Este dinheiro devia ser partilhado entre o Estado e os donos das terras para proteger a biodiversidade com regras criadas pelo Estado. É uma coisa fundamental no próximo dinheiro para a biodiversidade. Tem de haver, desde que aprovadas pelo ICNF, desde que guiadas por quem sabe de proteção de biodiversidade, candidaturas a serem executadas por privados.

Vivemos tempos de mudança, com a guerra na Ucrânia, com a conjuntura económica, que tornam necessário poupar mais energia e acelerar a transição energética. Quais são as áreas em que o país devia estar a fazer mais para acelerar essa transição e não está?

Nós temos, como se descobriu agora, sempre uma dependência de haver uma reserva nos combustíveis fósseis, que, no nosso caso, é o melhor deles todos, que é o gás natural. Como é que nós usamos menos essa reserva? Desenvolvendo a nossa capacidade de produção própria. E, antes, irmos à poupança, que temos muito para fazer, como é evidente. O nosso tema de eficiência energética é sério. Não acho que haja recursos neste momento, para voltar a uma política de *feed in tariffs* e apoiar tecnologias como apoiámos o eólico com preços garantidos durante década e meia para que a tecnologia se desenvolvesse. Porque é que o solar fotovoltaico, de repente, tem a pujança que tem? Porque a tecnologia ficou madura e não precisa de subsídios. Qual é a outra tecnologia que nós não temos, madura, e que não precisa de subsídios? O eólico offshore. Com mui-



• São as democracias que põem as alterações climáticas na agenda do dia.

• A presença no setor da água é poderosa e impeditiva da entrada dos outros, mas fora desse setor, não diria que haja um peso excessivo do Estado.

• Resíduos: A autossuficiência que nós conseguimos está hoje em risco. E está hoje em risco, não porque o Estado intervenha a ocupar o mercado dos privados, mas porque o Estado não cria condições para que o mercado que precisa que exista, funcione.

trabalha no setor, é o *waste to energy*. É uma coisa que ainda não existe, pura e simplesmente não existe. E mesmo o pouco que existia...

Porquê?

Não existe, porque há uma espécie de preconceito a dizer que, no dia em que tivermos *waste to energy*, não teremos reciclagem. Basta ver o preço a que está o PET hoje em dia para perceber que isso é uma estupidez. O problema da reciclagem é a triagem e separação dos materiais a montante. Não é o que acontece no fim. Quando já está tudo misturado, à entrada do aterro ou na estação de triagem, já não resolve nada. O *waste to energy* está atrasado por uma questão de preconceito, mas não vai ter outro remédio, porque as infraestruturas de aterros estão-se a esgotar. Este governo prometeu levar a sério o tema do *waste to energy* e eu ainda não perdi a esperança. Também disse, e bem, que vamos avançar no eólico *offshore*. Se temos uma capacidade de produção instalada em que só os projetos de solar fotovoltaico a duplicam, está bom de ver que isto depois cria um constrangimento grande à rede de transmissão. E, depois, de repente, podemos ter aqui um problema, como aconteceu em Inglaterra, com as centrais de ciclo combinado: eram tantas que, qualquer dia, estava-se a fazer energia para oferecer. O nosso problema é: para aumentarmos a capacidade de produção e estarmos cada vez mais livres e independentes, tínhamos de ter uma rede de transmissão nova, mas também tínhamos de exportar esta eletricidade.

E vê isso como uma possibilidade realista?

Com muita dificuldade, no momento presente. Eu acho, por exemplo, que a ideia de um gasoduto daqui para a Alemanha é um absurdo. É uma estupidez irrealizável economicamente.

Mesmo neste contexto atual?

Mesmo neste contexto atual. E não é

to menos impacto ambiental e com uma possibilidade de desenvolvimento brutal. Mas a um custo mais elevado...

Eu, por exemplo, conheço um projeto que tem uma dimensão de 2GW de produção – 2GW são duas centrais de ciclo combinado – que não quer pedir um tostão ao Estado. O hidrogénio vai ter de ser apoiado de várias maneiras. O eólico offshore não.

A outra coisa que é óbvia para quem

porque o presidente Macron mandou toda a gente passear e disse que não, com todas as letras. Os franceses nunca deixariam, por interesse geoestratégico nacional que continua a sobrepor-se a tudo o resto. Mas por outra razão: se fosse para fazer um gasoduto, porque é que ele havia de começar em Sines e não em Barcelona ou em Itália ou no sul de França? Não há lá portos? Se a ideia é fazer trazer gás de barcos para o fazer chegar num gasoduto ao centro de França, por muito que isso fosse interessante para nós, será que a opção global, racional é fazê-lo atravessar a Península Ibérica toda quando os barcos tanto podem ir a Barcelona como a Sines?

O nosso gasoduto pode estar integrado numa rede ibérica e dali partir, por exemplo, por Itália...

Pode, com certeza. Quem o financia? Se ele tiver um nó górdio nos Pireneus – e tem – nós lá nos podemos meter a fazer uma obra dessa envergadura sem ter a garantia de que conseguimos exportar. A solução de futuro que eu vejo é um cabo marítimo, não é um gasoduto. Vale mais produzirmos cá eletricidade e exportá-la por cabo marítimo para algum lado. Isso é que me parece que faz mais sentido.

A transição energética tem de ser conciliada com o equilíbrio ambiental do território. Quais são os desafios que antecipa que possam existir neste âmbito?

Em Portugal, antecipo o desafio de termos uma indústria, que é muito intensiva do ponto de vista carbónico, mas que é a que temos. Nós precisamos de atividade económica para gerar riqueza. Não podemos ter ajudas de Estado, mas temos de encontrar maneira de apoiar as nossas empresas a acompanhar a transição energética. Se não apoiarmos as nossas empresas, vamos perder muito emprego com a transição energética.

E a questão da ocupação do território por parques eólicos e fotovoltaicos: é um custo necessário?

É um custo necessário. Nós não podemos querer sempre sol na eira e chuva no nabal. Nós não podemos querer tratar os resíduos e não ter o aterro; ter a eletricidade própria e não ter o parque fotovoltaico. Não podemos. São escolhas que se fazem. Claro que haverá sítios onde as coisas fazem sentido e outros onde não fazem. Mas para isso é que há projetos em concreto, engenheiros, advogados, arquitetos paisagistas, e todas as pessoas para fazer esse trabalho.

O país vive também uma seca sem precedentes. O que é que acha que tem de mudar para que o país esteja mais preparado para lidar com um fenómeno que já é reconhecido como

estrutural?

Entre outras coisas, a capacidade de reter água quando ela passa. Acho que não temos isso. Mas [este] é sobretudo um tema de gestão de água.

Onde é que estão os problemas com essa gestão?

Eu diria que estão, essencialmente, no *pogrom* da capacidade de reter água. Não devíamos encher o país de barragens e interromper todos os ciclos naturais da água, como é evidente, mas temos duas coisas a que nós não habituamos as pessoas a, e se não habituarmos, é grave. Nós, ou temos preços de água escandalosos ou temos água quase dada. Este ano foi um ano de seca especial, mas há muitos sítios onde continua a haver água e, nos sítios onde não dão pela seca, ninguém pensa na seca. Como nós não vamos andar a fazer transvases, nem a levar água de um lado para o outro, temos de melhorar duas coisas: a capacidade de retenção onde a água passa e o custo da água.

Na área dos resíduos, em que também tem trabalhado muito, existem objetivos extremamente ambiciosos de reciclagem e de desvio de aterro. Em relação à proposta do PERSU 2030, que esteve em consulta pública, acha que estamos no caminho certo ou deveriam ser feitas alterações ao documento?

É uma pergunta muito difícil, porque depende, entre outras coisas, de qual o momento em que o PERSU começa e o que é que o próximo POSEUR vai fazer. O que vamos apoiar, o que não vamos apoiar, o que vamos fazer...

O PERSU à partida define essas orientações.

É preciso que o POSEUR case com o PERSU. Fizeram uma sessão de esclarecimento no outro dia sobre isso e não fiquei nada convencido. Achei, aliás, que nunca tinham falado uns com os outros e isso preocupou-me imenso. E eu acho que ao PERSU lhe falta uma coisa. A rede dos aterros de resíduos não perigosos não é, pura e simplesmente, referida no PERSU e é a retaguarda do PERSU.

Acha que devia haver maior articulação entre o sistema urbano e não urbano?

Falta imensa articulação entre o sistema urbano e não urbano e falta imensa responsabilização de um conjunto de atores privados. Para que as câmaras não percam rendimento no tema da recolha, reduzimos imenso as possibilidades de grandes produtores de resíduos de fazerem a sua obrigação diretamente. Faz sentido que as entidades gestoras de resíduos precisem de autorização da câmara para terem um ponto de recolha

de resíduos? Isto não nos melhorava as metas, não melhorava, em geral, a capacidade de recolher resíduos?

Acha que se devia liberalizar mais a recolha?

Acho que se devia liberalizar mais a recolha. Ou melhoramos a concorrência ou voltamos ao modelo de direção geral privada que era a Sociedade Ponto Verde, que é o pior dos modelos, porque é um monopólio de opacidade, como se viu quando se abriu à concorrência. O que é que acontece em muitos Estados-membros da União Europeia? Não há por que não introduzir o elemento lucro desde que haja regulação e responsabilidade. As entidades gestoras não deviam estar proibidas de ter lucro, não deviam estar proibidas de ser eficientes para a concorrência ser mais efetiva. Portanto, eu acho que há duas coisas [a fazer]. Em primeiro lugar, é preciso uma integração dos sistemas privados com os sistemas públicos, é preciso remunerar os sistemas privados naquilo que eles fazem aos sistemas públicos. É preciso aumentar as possibilidades de recolha e de separação porque são essas que permitem cumprir as metas. E, depois, acho que há muito tempo que precisávamos de ter uma TGR [Taxa de Gestão de Resíduos] que, efetivamente, fizesse educação ambiental.

A TGR tem vindo a aumentar. O que tem falhado?

Como nós não avançamos em infraestruturas novas, a TGR tem vindo a aumentar pouco. A TGR esteve dois anos para aumentar de 11 para 22 euros. E agora, finalmente, aconteceu. Mas acha mesmo que isso é impeditivo da solução D1? Queremos eliminar cada vez mais a deposição simples em aterro. Mas não podemos aumentar a TGR por uma razão muito simples, porque não temos outras infraestruturas na cadeia que resolvam os problemas. Se tivéssemos, deveríamos aumentar a TGR dos aterros. É uma espécie de pescadinha de rabo na boca.

Está a ser desenvolvido um novo modelo de licenças para a gestão de fluxos específicos. Faz sentido que se altere este modelo?

Faz. Eu acho que ganhávamos em eficiência tendo um sistema de concorrência entre entidades gestoras que fosse muito além do que está hoje.

Mas não tem corrido muito bem a concorrência no setor...

Porque diz isso?

Porque tem havido muitos conflitos.

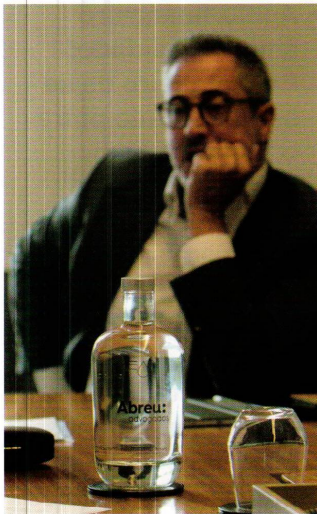
Os conflitos são próprios da liberdade e da concorrência e os tribunais existem para os dirimir. O nosso principal problema é que as competências da Autoridade Nacional de Resíduos andam muito diluí-

• Apoio financeiro à biodiversidade: Este dinheiro devia ser partilhado entre o Estado e os donos das terras para proteger a biodiversidade com regras criadas pelo Estado.

• Qual é a tecnologia que nós não temos, madura, e que não precisa de subsídios? O eólico offshore.
Com muito menos impacto ambiental e com uma possibilidade de desenvolvimento brutal.

• O waste to energy está atrasado por uma questão de preconceito, mas não vai ter outro remédio, porque as infraestruturas de aterros estão-se a esgotar.





das: os licenciamentos pelas CCDR, as compensações pela CAGER... Tudo isso me parece inútil. Eu preferiria reforçar a capacidade de fiscalização e de regulação da Autoridade Nacional de Resíduos e, depois, deixar as coisas acontecerem.

É uma questão de regulação?

O problema da concorrência é um problema de melhor regulação. Os concursos que são feitos pelas entidades gestoras são uma garantia de transparência do acesso ao material e esses é que devem ser vigiados. A partir daí, se têm lucro ou não têm lucro, desde que cumpram as metas, que diferença faz isso?

E como é que olha para a criação de um novo sistema de depósito e retorno (SDR)?

Acho que esse sistema de depósito e retorno, em primeiro lugar, não deve funcionar em monopólio.

Tem receio que seja isso que vai acontecer?

Não sei se foi no *Água&Ambiente* que eu li o designado CEO a dizer que o ideal era um monopólio. Nunca tinha pensado que um liberal como o Dr. Leonardo Mathias fosse um defensor dos monopólios subsidiados pelo dinheiro dos consumidores. É uma revolução de pensamento que eu não consigo acompanhar. Quando há um único agente a receber o dinheiro das pessoas, e se prevê um modelo como o norueguês, em que basta a ineficiência para pagar o modelo, já temos aí alguma coisa mal. E já temos aí, mais do que um instrumento de reciclagem, um negócio. Portanto, se se trata de fazer com que as pessoas devolvam vidro e plástico em condições de serem reciclados e se são embalagens, não vejo necessidade de criar enxertos para lá das entidades gestoras das embalagens. Acho que as entidades gestoras das embalagens já têm todos os aderentes que produzem estas

embalagens e têm todas as condições de poder ser o banco. Porque no fundo, é um banco: nós pagamos o depósito e, depois, de cada vez que retornamos uma garrafa, têm de nos devolver o dinheiro desse depósito. Então, se eu aderi a uma entidade gestora, porque é que essa entidade gestora não é o banco que se relaciona comigo para, além de me gerir o contravalor, me devolver o depósito? E depois expliquem-me como é que isso vai funcionar sem nós revermos [o modelo de recolha], e aí é que eu acho que está uma porta para fazermos uma coisa diferente, que é multiplicarmos os pontos de recolha. Ou também vão ser municipais os pontos de recolha do SDR? Os municípios vão ser completamente excluídos da gestão destes resíduos? É esse o plano?

Não será essa a intenção dos municípios.

Então isso significa criar um *filet mignon* de um material especial que vai ter regras diferentes quer de recolha, quer de tudo. Vai ser tratado em monopólio, com uma recolha feita à margem dos municípios... Então e depois como é que se cumpre a meta da reciclagem das outras embalagens todas se tirar o grosso do financiamento ao sistema das embalagens?

O que é que defende então?

O que eu defendo é que as entidades gestoras [de embalagens] acomodem entre si o sistema e que o sistema seja o mais flexível possível. É muito engraçado passar a vida a citar o exemplo da Noruega, que tem um café por cada 20 que nós temos. Nós temos o canal HORECA, é bom não esquecer isso, que é o sítio primordial da recolha das garrafas. Portanto, acho que havia todo o interesse em que fosse pedido às entidades gestoras o cumprimento destas obrigações, ao lado de um plano para gerir estas obrigações. Isso, aliás, foi uma das coisas que esteve em discussão. Depois, estranhamente, começou a haver notícias de uma pré-decisão, que, felizmente, não era pré-decisão nenhuma. Já estamos atrasados um ano.

O prazo das licenças dos CIRVER, que foram prorrogadas em 2018, termina em 2023. Faz sentido manter a exclusividade destes dois centros?

Acho que não. Acho que, nesta altura, felizmente, já não faz sentido manter a exclusividade de nada, a não ser a única exclusividade que faz sentido, que resulta da circunstância de eles terem aterros que mais ninguém tem. Mas isso é uma exclusividade que deriva da lei, não precisa de estar na licença. A esmagadora maioria da atividade dos CIRVER é feita através de um aterro classe 1, [que são] aterros de resíduos perigosos. Nós só temos dois aterros de resíduos perigosos e

não temos nenhum candidato a ter mais aterros de resíduos perigosos. E temos os dois em expansão. Há códigos LER que só podem ir para aterros de classe 1. Agora, a razão do decreto-lei 3/2004 era a amortização dos investimentos. Quinze anos depois, quando ambos se estão a expandir, por definição, está feita.

E o que é que o mercado de resíduos perigosos ganha com o fim dessa exclusividade?

O mercado de resíduos perigosos, fora dos que são inertizáveis e depositáveis em aterro, acho que ganha outra fluidez e outra dimensão. Agora, a questão que temos de responder a nós próprios é: queremos cá ter indústria do ambiente ou não? Se tivermos um bom setor de transformação de resíduos em combustíveis, deve crescer ou não? E para crescer, deve poder importar matéria-prima ou não? É um setor industrial em que nós apostamos ou não? Essa é uma pergunta que está por responder. Se quisermos essa indústria, não podemos dizer que não podemos importar matéria-prima de resíduos para transformar em energia. Se nós quiséssemos essa indústria, há muito tempo que tínhamos deixado expandir várias das unidades que temos no país e, no entanto, isso tem sido sempre uma espécie de limitação, que eu não percebo.

JOANA FILIPE E JOÃO BELO
JOSÉ GANDUM (FOTOS)

• **Se não apoiarmos as nossas empresas, vamos perder muito emprego com a transição energética.**

• **Nós não podemos querer sempre sol na eira e chuva no nabal. Não podemos querer tratar os resíduos e não ter o aterro; ter a eletricidade própria e não ter o parque fotovoltaico. São escolhas que se fazem.**

• **A rede dos aterros de resíduos não perigosos não é, pura e simplesmente, referida no PERSU e é a retaguarda do PERSU.**

INSTITUTO DO CONHECIMENTO QUER TIRAR ESG DO PAPEL

O Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados lançou um novo projeto na área do ambiente, que visa contribuir para a adoção das boas práticas de ESG (Environmental, Social and Governance) em organizações. O grande objetivo é “tirar o ESG do papel e fazer do ESG uma realidade no apoio ao financiamento das empresas para combater o *greenwashing* e apoiar quem tem as melhores práticas ambientais”, explica José Eduardo Martins. Neste sentido, pretende-se desenvolver “uma auditoria ESG validável pelas instituições financeiras”, concretiza, que possa ser aplicada a empresas de diversos setores, da cerâmica à metalomecânica.

O arranque do projeto ficou, contudo, envolto em polémica devido à contratação, anunciada em julho, do ex-ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, como *senior advisor* nas áreas do ambiente e energia. A contratação foi criticada à esquerda e à direita e referida como um exemplo de porta giratória entre os governantes e empresas. Apesar de rejeitar qualquer incompatibilidade, o ex-governante acabou por renunciar ao cargo de deputado para prosseguir a sua carreira como professor e consultor.

Questionado pelo *Água&Ambiente* sobre as críticas apontadas, José Eduardo Martins realça que “ninguém deu, porque não pode dar, um exemplo de relacionamento desta empresa com o anterior ministro, até porque o único que temos é uma decisão dele que nós colocámos em tribunal em representação de um cliente”. Ainda assim, e “perante a dúvida colocada”, apesar de a considerar “um exagero”, o advogado elogia a atitude do ex-ministro: “Deu uma resposta que os políticos não costumam dar e que a nós nos orgulha muito, que é [dizer] se isso vos coloca a dúvida, nem a dúvida quero ter”, observa. Quanto ao trabalho em curso, não esconde a satisfação: “Tem sido, para ambos, um desafio fantástico, casar as nossas ciências e fazer projetos novos”.